

RELATÓRIO DE ANÁLISES DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº 2020.1003-001SECULDES.

À Comissão Permanente de Licitação, nomeados pela Portaria nº. 074/2020, de 15 de junho de 2020, divulga o resultado da análise da habilitação, com observância das disposições contidas na **Tomada de Preços de nº 2020.2205-001 SECULDES**, e Lei nº: 8666/93 e suas alterações posteriores, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA DA COMUNIDADE DE GANGORRA NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - CE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE - SECULDES**, após análise das empresas chegou-se aos seguintes resultados:

- 1) FTS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA, ficou inabilitada pelos seguintes motivos: Falta do documento SEFIF/GEFIP do Engenheiro contratado, conforme item "II) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS AUTONOMOS: mediante cópia do contrato Profissional de Trabalho que demonstre a identificação das partes, o objeto do serviço profissional prestado e o prazo do contrato, acompanhado da SEFIF/GEFIP e da GPS paga referente ao mês que anteceder ao da licitação, onde conste o(s) nome(s) do(s) profissional(ais). Se a contratação do profissional tiver ocorrido no mês da licitação, deverá ser emitida declaração da licitante e do profissional em que os mesmos declarem sob as penas da lei, especialmente. quanto ao crime de falsidade ideológica e falsificação de documentos, que a contrata . em pauta é verídica e legal."

As demais empresas: CONSTRUTORA COMAR LTDA, ficou HABILITADA, conforme cláusulas do edital.

O resultado desse julgamento da HABILITAÇÃO será divulgado em jornal de grande circulação, Diário oficial da União e do Município, assim como também no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ – TCE - CE, para que todos os participantes tenham conhecimento.


Após publicação do julgamento da análise de habilitação, caso assim entenda necessário, poderá os licitantes interpor Recurso Administrativo no prazo de 5(cinco) dias úteis, inerentes aos casos previstos no caput e incisos do artigo 109 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações. O recurso deverá ser protocolado na Comissão de Licitações e Pregões, localizado e estabelecido na Rua Cel. Antônio Joaquim, 2121 - Centro - Limoeiro do Norte - Ceará, no horário das 8h30min às 13h00min em dias úteis no município, devendo o recorrente apresentar duas vias do documento a protocolar, a fim de receber a segunda via rubricada com o "**recebido**" do funcionário responsável.

Interposto o recurso administrativo, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, caso assim entenda necessário, assegurando assim, o contraditório e ampla defesa aos concorrentes, conforme artigo 5º, inciso LV da Carta Magna.

Limoeiro do Norte - CE, 17 de julho de 2020.



Paulo Victor Farias Pinheiro
Presidente



Ana Adília Maia
Membro



José Celio de Arruda
Membro